



Ministério do Trabalho e Emprego
Assessoria Especial de Controle Interno

ATA DE REUNIÃO

Comitê de Governança Estratégica - CGE

Ministério do Trabalho e Emprego - MTE

9ª Reunião Ordinária

Aos 15 dias do mês de Outubro do ano de 2025, às 09h45, o Comitê de Governança Estratégica (CGE) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) realizou a 9ª Reunião ordinária na sala de reunião nº 902, 9º Andar, edifício sede do MTE. Estando presentes os membros: Ministro de Estado do Ministério do Trabalho, Secretário-Executivo, Secretária-Executiva Substituta, Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, que presidiu a reunião, Secretário de Inspeção do trabalho, Chefe de Gabinete da Secretaria de Proteção ao Trabalhador, Assessora da Secretaria de Qualificação, Emprego e Renda, Subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho da Secretaria Executiva, Subsecretário de Análise Técnica da Secretaria-Executiva, Presidente da FUNDACENTRO, Coordenadora de Transparência da Ouvidoria, Corregedor, Diretor de Administração, Finanças e Contabilidade da Secretaria Executiva, Coordenador-geral de Orçamento e Finanças, Diretor de Tecnologia da Informação da Secretaria Executiva, Diretora de Gestão de Pessoas da Secretaria Executiva, Coordenadora-Geral de Desenvolvimento Institucional da Secretaria Executiva, Chefe de Assessoria Especial de Assuntos Internacionais, Chefe de Assessoria Especial de Comunicação Social, Chefe de Assessoria Especial de Participação Social e Diversidade, Coordenador-Geral das Unidades Descentralizadas, Chefe de Gabinete da Secretaria Economia Solidária, Assessoria Especial de Articulação de Políticas de Trabalho para o Desenvolvimento, Diretora do Departamento de Prestação de Contas, Assessor Especial do Ministro, Assessora Especial do Ministro e os Superintendentes Regionais do MTE (ouvintes).

O Coordenador do CGE, Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, senhor Cláudio Py, iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes e em seguida passou a palavra para o senhor Secretário-Executivo, Francisco Macena que iniciou a sua fala destacando que o surgimento de novos temas a serem tratados resulta da confiança que o governo está tendo na Pasta do Ministério do Trabalho e parabenizando a todos pelo trabalho que vem sendo executado. Na sequência a Secretária-Executiva Substituta, Luciana Nakamura fez uso da palavra para falar sobre a Plataforma QualificaPro, destacando que o seguro desemprego pescador artesanal está voltando para o Ministério do Trabalho, e que será iniciado a partir de primeiro de novembro, bem como que há uma mobilização de várias equipes no sentido de colaborar com o a boa execução da referida política, por meio de reuniões diárias contando inclusive com a participação das superintendências da Bahia, do Amazonas, do Pará, do Piauí e do Maranhão. No que se refere à Plataforma QualificaPro, destacou que trata-se de uma parceria da Secretaria-Executiva junto com a Semp e a Dataprev, sendo uma demanda de iniciativa do Secretário-Executivo, devido à identificação de que vários cursos de qualificação são ofertados pelo Ministério do Trabalho e também por diversas instituições, nesse sentido a Plataforma visa concentrá-los em um único canal. Surgiu então a ideia de criar uma plataforma com uma interface fluida, intuitiva, estimulante e compatível com as expectativas das novas gerações, por funcionar como se fosse uma rede social, sendo planejada para enfrentar a fragmentação de informações sobre a disponibilidade de cursos profissionalizantes e ampliar o alcance das políticas públicas de qualificação do governo federal. Foram então apresentadas as interfaces das versões web e mobile da Plataforma QualificaPro, destacando que a versão mobile está ligada à CTPS, possibilitando o acesso sem a

necessidade de login no GOV.BR, buscando facilitar o acesso ao trabalhador no primeiro contato. Esclareceu também que o acesso ocorre sem a necessidade de autenticação, login ou download do aplicativo, bem como, que as oportunidades são apresentadas de acordo com a localização do cidadão que está acessando, por meio do georeferenciamento, sendo, atualmente, 43 instituições credenciadas, 26753 cursos, com 877527 vagas de cursos presenciais e diversos cursos online que não tem limitação de vagas. Foi demonstrada a operacionalização da plataforma, quando o senhor Secretário-Executivo pontuou que a funcionalidade possibilita o acesso aos dados de informações do CAGED sobre o valor da remuneração inicial para os profissionais daquela formação, bem como sobre o mercado de trabalho. Por fim, Luciana abordou a perspectiva de que após a finalização do respectivo curso profissionalizante, o certificado do trabalhador permaneça na plataforma, facilitando sua inserção no mercado de trabalho.

O senhor Ministro fez uso da palavra para cumprimentar a todos os presentes e apontou a importância de que após essas reuniões as informações sejam disseminadas para todas as equipes, bem como sobre a necessidade de uma linguagem simples e clara que possibilite ao cidadão o entendimento do significado e formas de acesso dos serviços.

A seguir, o Coordenador Cláudio Py passou a palavra para o Diretor de Gestão de Benefícios, o senhor João Paulo Machado, que iniciou a sua fala explicando a modalidade de seguro desemprego do pescador artesanal e a decisão de retomar a competência relacionada à habilitação dos requerimentos desta modalidade, que hoje está com INSS, esclarecendo, que essa modalidade de seguro desemprego, é paga para o pescador artesanal profissional, que durante o período de defeso, período que ele é proibido de pescar para preservação das espécies, está sem renda, recebendo a parcela de um salário mínimo, por 4 a 5 meses. Destacou que o pagamento do referido benefício é realizada pelo FAT, mas a competência de habilitação estava com o INSS desde o ano de 2015, discorreu sobre o perfil e percentuais do público beneficiário, destacando que 80% desses beneficiários, estão concentrados entre os estados do Amazonas, Bahia, Maranhão, Pará e Piauí. João Paulo abordou a tramitação da medida provisória 1303 de 2025, que tratava de uma questão orçamentária relativa ao tema e chegou a discutir em seu relatório a transferência dessa competência de recepção dos requerimentos do INSS para o Ministério a partir dos defesos iniciados em primeiro de novembro. Explicou que referida MP não foi votada, mas diante do planejamento de inclusão do assunto em nova MP, o ministério já vem tratando junto a Dataprev das mudanças necessárias no sistema para que o pescador realize os requerimentos por meio do aplicativo da carteira de trabalho digital ou o portal do trabalhador Emprega Brasil, no acesso Gov.BR, então terão os 2 caminhos digitais, além, das unidades regionais, que estarão também com essa possibilidade, por meio do sistema transnacional do seguro de emprego, que estará também disponível para essa habilitação. Destacou também a busca de melhoria dos requisitos para esse benefício, para garantir que aquele pescador artesanal que cumpre os requisitos possa efetivamente receber, mas que não seja pago a quem não tem direito, por meio de cruzamentos de dados e melhoria nesses cruzamentos, bem como a previsão de mudanças nos requisitos legais para a inscrição e a criação em uma ação conjunta com a FUNDACENTRO, de um procedimento onde o pescador será notificado a comparecer presencialmente nas localidades definidas para fazer essa validação e um questionário. Essa parceria se dará por meio de um TED, em que a FUNDACENTRO vai implementar um programa de extensão sobre segurança e saúde do trabalho, como uma etapa no processo de habilitação do benefício, havendo uma perspectiva de atendimento para essa primeira etapa, que acontecerá entre novembro e março do ano de 2026, no atendimento de 680000 pescadores artesanais, haverá também a implementação de um relatório que contenha a informação de dados georreferenciados desse Pescador no momento em que ele for preencher, de forma a identificar e validar que ele realmente está naquela localidade de trabalho informada. Assim, afirmou que o referido TED, será executado por bolsistas, em número de 495 distribuídos em uma equipe nacional, uma equipe de coordenação estadual e 465 para o atendimento desses municípios como agentes territoriais, fazendo essa validação presencial, e que o processo de contratação está em andamento para início a partir de 3 de novembro. Destacou também que já estão em campo as equipes das 5 superintendências, fazendo a identificação dos locais para atendimento, a verificação dos espaços e das possibilidades para que, à partir de primeiro de novembro, com a vinda da competência, possa ser realizada essa etapa de validação com os bolsistas. Pontuou assim, que embora ainda não tenha ocorrido de fato a transferência de competência o ministério já tem atuado há bastante tempo no processo de desenvolvimento de sistemas, de desenvolvimento das estratégias e preparação de tudo para a recepção dessa competência.

Na oportunidade o senhor Secretário-Executivo tomou a palavra para agradecer o trabalho e parabenizar as unidades responsáveis e participantes, destacando a FUNDACENTRO, a Secretaria de Proteção ao Trabalhador, a DTI e as Superintendências. Seguido da fala do senhor Ministro, que pontuou a necessidade

de garantir o direito a quem tem direito e executar a tarefa de garantir o acesso ao direito, como estabelecido na lei, e que isso significa contrariar quem não tem direito, o que abrange ser correto, no que o produto que a sociedade brasileira está oferecendo para um conjunto de profissionais, portanto, tem que ter exclusividade, tem que ter dependência econômica desta atividade. Destacou também a importância de atentar-se à narrativa de comunicação da ação, no sentido de deixar claro que objetiva garantir o direito de quem o tem, protegendo o trabalhador e as espécies animais tão necessárias para atividade econômica, e enxergar como um reconhecimento da nossa competência da execução das políticas públicas, bem como a maior responsabilidade, evidente em razão do curto período de tempo, especialmente por faltarem ainda as normativas necessárias. O senhor Secretário-Executivo retomou a palavra para informar que será publicado um novo decreto com a estrutura do MTE, que está visando fortalecer as áreas responsáveis para a realização dessa nova tarefa, sendo isso uma prioridade direcionada pelo MGI, e destacou também o recebimento de recursos do Ministério da Fazenda e do MGI que foram disponibilizados especificamente para o atendimento dessa nova competência. Por fim, a Secretária-Executiva Substituta, pontuou que os coordenadores do seguro desemprego pescador artesanal que são servidores das superintendências, já estão em deslocamento aos municípios para verificar os pontos que serão utilizados para atender o pescador artesanal e articular com a colônia de pescadores e líderes locais, realizando esse primeiro contato do Ministério com os líderes locais para informar que será realizada pelo MTE essa recepção e aplicação de um questionário de validação das condições do pescador, destacando que são realizadas reuniões de controle diariamente e que foi recebido um retorno positivo do estado do Amazonas, sobre a volta do MTE a essa função de recepção. O senhor Secretário-Executivo fez uso da palavra para comentar que por se tratar de uma competência que já foi do MTE, existem nas Superintendências servidores que já atuaram com o assunto e por essa razão já tem conhecimento sobre a região a ser atendida e que estão fazendo esse mapeamento, inclusive por meio de barcos, e que alguns vídeos estão sendo disponibilizados para a Assessoria de Comunicação Social poder trabalhar com essa divulgação. Na oportunidade, a Assessora Especial do Ministro, senhora Maria Luiza Fonseca, questionou à Secretária-Executiva Substituta, Luciana, sobre a previsão de pagamento do seguro defeso aos pescadores, narrando que vem recebendo vídeos de pescadores dizendo que estão passando fome, dentre outras situações. Luciana respondeu então que a mediada provisória 1303 tratava da questão do orçamento, com a previsão de que esse pagamento seria feito a partir de janeiro de 2026, porém diante do fato de não tem sido efetivada, a nova proposta ainda não tem definição de como será o texto em relação a esse orçamento, e pontuou que, caso haja definição de pagamento ainda para o ano corrente, seria necessário um crédito suplementar, visto que os recursos vinham sendo muito elevados para o FAT, o que gerou a necessidade de tal mudança no orçamento. Nesse momento, o senhor Ministro tomou a palavra e abordou a complexidade do cenário de administração orçamentária do país nos últimos tempos, especificamente sobre a gestão das emendas parlamentares e as dificuldades que isso vem gerando para o cumprimento das obrigações fiscais pelo Governo Federal. Pontuou também sobre a necessidade de encaminhamento dos referidos vídeos para o Palácio do Planalto, para dar conhecimento aos responsáveis pelo orçamento sobre o que está acontecendo, visto que não é de responsabilidade do MTE resolver o problema orçamentário, e sobre a importância de haver clareza sobre o que é de responsabilidade desta Pasta. Na sequência despediu-se dos participantes e deixou a reunião.

A seguir, o senhor Cláudio Py parabenizou o senhor João Paulo e a equipe da Secretaria de Proteção ao Trabalhador e passou a palavra para o Diretor de Departamento de Gestão de Fundos, o senhor Sandro Pereira Silva, que iniciou sua fala sobre a programação em comemoração aos 35 anos do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Conselho Deliberativo do FAT, destacando que já ocorreu no início do ano uma cerimônia de entrega de placas de homenagens pelos 35 anos do CODEFAT, bem como do Conselho Curador do FGTS, que também completou 35 anos esse ano. Seguiu descrevendo as diretrizes das comemorações que estão previstas para as duas datas de realização desse evento, sendo a primeira delas a celebração da trajetória, destacando o valor do patrimônio em torno de 600 bilhões, que financia programas importantes como seguro desemprego, abono salarial, qualificação profissional, bem como o percentual de 28% de sua arrecadação anual que vai para o BNDS, como a segunda diretriz, apontou a reunião de parceiros envolvidos em torno de todas as ações e a como terceira diretriz as perspectivas para o futuro, como mudanças políticas, mudanças no mundo do trabalho, da economia e da geopolítica. Em prosseguimento apresentou as datas para a realização do evento, sendo a primeira entre os dias quatro e cinco de novembro, em que serão abordados basicamente o histórico e os desafios do FAT e do CODEFAT, bem como a sustentabilidade do FAT, e a segunda prevista para os dias 16 e 17 de dezembro, visando a discussão sobre algumas boas práticas do sistema público de emprego, destacou também alguns participantes entre

secretarias estaduais, órgãos e organizações, com uma perspectiva de 130 participantes e a previsão de transmissão pelo canal do YouTube. Por fim, pontuou os propósitos dos eventos de revitalizar os debates sobre a sustentabilidade financeira do FAT como ponto de pauta de governo, reabrir a discussão sobre o arranjo federativo do Sine, buscando seu fortalecimento, propor mudança normativa do FAT, promovendo o aprimoramento da rotina de recusa de vaga de emprego por beneficiário do seguro desemprego, o estabelecimento de um percentual de utilização de recursos economizados com o seguro desemprego que forem reempregados durante o recebimento do benefício em políticas ativas, estabelecer condicionalidades para a utilização dos recursos economizados, tais como, não pagar contrato de serviços de atendimento terceirizado, definir percentuais de aplicação mínimos por natureza das despesas etc.

Adiante, o senhor Cláudio Py fez passar a palavra para a Coordenadora-Geral de Desenvolvimento Institucional, senhora Coslita Oliveira, que iniciou sua fala explicando que há uma necessidade de realizar a revisão do planejamento estratégico, em vista da ocorrência do processo de revisão do PPA deste ano, já publicado por meio da PORTARIA GM/MPO Nº 214, de 23 de julho de 2025, na oportunidade citou algumas ações, dentre pedidos de propostas de exclusão, alteração e inclusão de entregas elaboradas por algumas secretarias, quando então o Secretário da Secretaria de Inspeção do Trabalho, senhor Luis Felipe, teve a palavra para pontuar detalhes acerca da proposta de alteração das metas da SIT, especificando que foi baseada no acúmulo de processos físicos que demandam mais tempo em sua operacionalização. O senhor Secretário-Executivo tomou a palavra sugerindo uma avaliação das propostas a ser realizada na semana seguinte, com cada área em consulta para uma melhor definição dos detalhes. A senhora Coslita retomou então a palavra e seguiu sua explanação, pontuando que a minuta da resolução seria então encaminhada pela CODIN para o coordenador do CGE por meio do processo específico, e finalizou sua fala informando que será marcada uma reunião após a revisão do planejamento estratégico para tratar dos detalhes sobre o seu monitoramento, bem como sobre a operacionalização da nova plataforma já visando o preenchimento das áreas para a elaboração do relatório anual de gestão, destacando também que o cronograma de elaboração do referido relatório já está sendo iniciado, por meio de reuniões com os pontos focais e realização da organização, propondo que fique sob a responsabilidade da CODIN até a consolidação de todas as informações, a diagramação e a revisão textual para então passar para a Assessoria de Comunicação. O senhor Secretário-Executivo fez uso da palavra para destacar que o Relatório precisa ser publicado em fevereiro e que os detalhes para que isso ocorra devem ser providenciados o quanto antes pelas áreas responsáveis.

Em seguida, a palavra foi passada para a Assessora Especial do Ministro, senhora Maria Luiza Fonseca, que informou sobre o lançamento do plano setorial de prevenção e enfrentamento do assédio e da discriminação no Ministério do Trabalho e Emprego, por meio da portaria 817 do MTE, em cumprimento ao Plano Nacional de enfrentamento que prevê a criação de planos setoriais pelos ministérios, destacando que é possível assessorar maiores informações na intranet. Informou também o lançamento dos atendimentos da sala de acolhimento para mulheres também de forma telepresencial, possibilitando o atendimento das Superintendências e a previsão de extensão do acolhimento para homens. Por fim falou sobre o início da organização da confraternização de fim de ano, que em razão das demandas será novamente voltada apenas para os gabinetes.

Adiante, o senhor Cláudio Py fez uso da palavra para compartilhar as ações da AECI e apresentar o Programa de Integridade, destacou a intenção de trazer os acolhimentos realizados pelo GT das Mulheres como um item específico do programa de integridade, prosseguiu destacando que o Programa está atualizado e que foi publicada a nova portaria de Conflito de Interesses, que está acessível na intranet, informou também que o monitoramento de riscos à integridade está em número de 50 concluídos e 28 em andamento e será concluído até dezembro. Na oportunidade, destacou a informação de que na Administração Pública Federal, apenas cinco unidades possuem o grau de maturidade pleno em questão de Integridade, dado pela CGU, sendo três ministérios, Ministério dos Transportes, Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Trabalho e Emprego, uma universidade e um órgão, e que dentre mais de trezentos órgãos, apenas esses cinco conseguiram atender a avaliação de integridade realizada pelo controle externo. No que se refere à supervisão ministerial, apresentou um panorama das auditorias em andamento do TCU e da CGU, sobre o Tribunal de Contas da União, totalizando 210 comunicações, todas devidamente atendidas, 11 auditorias em andamento pelo tribunal, 38 Tomadas de Contas Especiais, 141 acórdãos monitorados, e quanto às recomendações e determinações, 61 encerradas e 71 em andamento. Quanto à Controladoria-Geral da

União, 37 recomendações em atendimento pelo Gestor, 82 em análise pela CGU, 119 em monitoramento, 100 concluídas e 6 auditorias em andamento. Por conseguinte, apresentou o andamento dos trabalhos do gerenciamento de risco no sistema AGIR, apontando que a AECI está atuando como facilitadora das unidades do Ministério, orientando o gerenciamento de 26 processos. Sendo 7 processos da SEMP, 3 da SENAES, 3 da DTI, 3 da SPT, 4 da SIT, 5 da SEET e 1 da SRT, todos já registrados no sistema AGIR, durante várias reuniões realizadas com as respectivas unidades para alinhamento do gerenciamento, e que após o encerramento dessa etapa será elaborado o relatório final do gerenciamento do MTE.

Na sequência, a palavra foi passada para a Diretora Departamento de Prestação de Contas, Monique, que iniciou sua fala apresentando a Diretoria de Prestação de Contas por meio de uma breve retrospectiva acerca do estoque de prestações de contas relativas às transferências voluntárias executadas pelo ministério ao longo dos anos, destacando que apenas em 2022, com a contratação dos analistas temporários é que foi possível dar início à análise efetiva do estoque. Destacou também a dificuldade em gerir uma equipe gerada por esse meio de contratação, considerando a complexidade do conhecimento exigido para a realização das análises, bem como a rotatividade entre os contratados e a retirada da possibilidade de concessão de realização de trabalho integralmente telepresencial, o que era utilizado como forma de premiação para a equipe, sugerindo a reflexão sobre o retorno dessa possibilidade. Na oportunidade, apresentou alguns números dos resultados alcançados por meio dessa equipe: 1002 notas técnicas de prestação de contas assinadas, 837 processos de prestação de contas concluídos, 446 tomadas de contas especiais encerradas, uma recuperação de 44 milhões de reais ao Tesouro após os danos apurados, o envio de mais 4600 notificações e a conclusão da meta inicial de 835 processos, prevista para 5 anos, em 3 anos e 8 meses. O senhor Cláudio Py fez uso da palavra para destacar a importância da participação do Ministro e do Secretário-Executivo, junto ao TCU, quanto aos alinhamentos alcançados. O senhor Secretário-executivo então parabenizou a senhora Monique pelos trabalhos e solicitou que estendesse à toda a equipe, informou sobre a confirmação de autorização para um novo processo de contratação temporária e na oportunidade despediu-se dos presentes, deixando a reunião.

Em seguida, a palavra foi passada para o Diretor de Administração, Finanças e Contabilidade, senhor Rogério, que iniciou a sua fala sobre o acompanhamento orçamentário do exercício, compartilhando a apresentação com o Coordenador-geral de Orçamento e Finanças, o senhor Marcondes Bonfim, que apresentou os limites de empenho, em que o MTE tinha o valor de R\$ 910 milhões, houve um cancelamento de R\$ 46 milhões, houve também uma decisão da ajuda de execução orçamentária, por meio da JEO de cancelamento de dotações do Ministério, no valor de 63 mil, sendo 30 mil voltados para o seguro defeso, restando disponível R\$ 800 milhões para o ano de 2025. Adiante, apresentou valores de limites de pagamento do Ministério, até novembro/2025, e reforçou as datas limite a serem observadas pelas unidades, principalmente quanto às unidades que descentralizam para as Superintendências. O senhor Rogério retomou então a palavra, para destacar a importância de que essas datas sejam observadas pelas unidades, no sentido de haver uma boa organização para realizar a totalidade dos empenhos necessários até o 30 de novembro, bem como, para assim que seja disponibilizado o limite de empenho em dezembro, lembrou também que no ano de 2024 houve a perda de parte do recurso orçamentário por não estar devidamente empenhado na data limite e que não há qualquer previsão de prorrogação desse prazo. Por fim, o senhor Marcondes apresentou as dotações de execução por Secretarias, informando que todos receberam o OFÍCIO CIRCULAR 777/2025/MTE, da Secretaria-executiva, com os detalhes desses limites de empenho e esclarecendo que o período de 1 a 10 de novembro, referente à 4ª janela de alterações orçamentárias, é o último momento para ajustes e remanejamentos de dotações entre as unidades. Destacou também, a problemática referente ao fluxo dos recursos provenientes das Emendas Parlamentares, visto que algumas unidades não tem realizado a execução dentro do prazo previsto, especificando a orientação dada pela Secretaria do Tesouro Nacional quanto ao prazo de 3 dias após a liberação do orçamento para o início da execução.

A seguir, o senhor Cláudio Py passou a palavra para o Diretor de Tecnologia da Informação, senhor Heber Fialho, que iniciou discorrendo sobre um conjunto de normas que foram publicadas buscando a regulamentação dos ativos de tecnologia da rede do MTE, que foram aprovadas pelo Comitê deliberativo deste ministério, bem como sobre a conclusão da implantação da nova rede de conectividade do MTE, destacando que trata-se de uma tecnologia mais moderna, com 10 vezes mais capacidade de banda para trabalho dentre diversas outras que abrangem toda a estrutura do MTE, inclusive as Superintendências. Por fim, apresentou a nova assistente virtual, Celeste, que estará disponível na página do MTE e na Plataforma Facilita, atendendo ao cidadão 24h por dia, com disponibilidade para até 6 milhões de interações mensais e

está sendo treinada com base nas 1500 perguntas mais recebidas pelo ministério em 50 categorias. Nesse momento a palavra foi passada para a Coordenadora-Geral de Soluções Digitais, Viviane Anzi, que realizou um interação demonstrativa com a nova assistente virtual. Retomando a palavra, Heber pontuou que o projeto continua, sob supervisão também da ouvidoria do MTE, que participou desde o início, através da inclusão e aperfeiçoamento das perguntas e respostas, e destacou que o desenvolvimento originário da assistente virtual foi realizada pelo Ministério dos Transportes, e adaptada para estrutura tecnológica do MTE.

A seguir, o senhor Cláudio Py passou a palavra para a Diretora de Gestão de Pessoas, senhora Débora Hernandes, que iniciou a sua apresentação falando sobre a realização de uma auditoria na folha de pagamento do MTE, com previsão de terminar sua primeira etapa em dezembro, sobre a recomposição e capacitação da equipe de folha de pagamento, a automatização de alguns pagamentos, sobre recomposição ao erário e exercícios anteriores, acompanhamento funcional e dimensionamento da força de trabalho, capacitação profissional dos servidores, demonstrando uma diminuição dos custos comparada ao exercício de 2024. Abarcou também as ações de promoção de qualidade de vida, como dia das crianças e a semana do servidor.

O senhor Cláudio Py, Coordenador do CGE, agradeceu a presença de todos os presentes e os que acompanharam on-line, e passou por fim a palavra para o Chefe de Gabinete da Secretaria Executiva, Odair Henrique, que destacou a importância de um posicionamento imediato das áreas, no que se refere à vinda dos servidores de outros órgãos, a título de reembolso, para que quando reberem processo da DGP, informando a existência de servidor interessado, respondam sobre o interesse em tempo hábil para a instrução processual desse trâmite, antes que haja a desistência dessa vinda por parte do servidor e a sua adesão ao programa de demissão voluntária da empresa originária. A reunião foi encerrada em seguida às 13h40. E, eu, Débora Talita Pereira de Almeida, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelos membros presentes.



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Antonio de Almeida Py, Chefe de Assessoria Especial**, em 12/11/2025, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Odair Henrique Michels Behn, Chefe de Gabinete**, em 12/11/2025, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PEDRO DE DEUS DEL CASTRO, Assessor(a)**, em 12/11/2025, às 16:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULA MONTAGNER, Subsecretário(a)**, em 12/11/2025, às 17:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Xavier Rocha, Diretor(a)**, em 12/11/2025, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **TANIA SILVA DE ALMEIDA, Chefe de Assessoria Especial**, em 12/11/2025, às 19:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cecilia Monteiro de Oliveira, Assessor(a)**, em 13/11/2025, às 08:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Paulo Ferreira Machado, Diretor(a)**, em 13/11/2025, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Debora Hernandez Figueira, Diretor(a) de Gestão de Pessoas**, em 13/11/2025, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **COSLITA OLIVEIRA DO NASCIMENTO DE SOUZA ALVES, Coordenador(a)-Geral**, em 13/11/2025, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luiz Felipe Brandao de Mello, Secretário(a) de Inspeção do Trabalho**, em 13/11/2025, às 17:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marta Trindade Veloso Fulcar, Chefe de Gabinete**, em 14/11/2025, às 13:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heber Fialho Maia Junior, Diretor(a)**, em 14/11/2025, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monique Mercante Moura, Diretor(a)**, em 18/11/2025, às 14:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Carlos Fontoura, Coordenador(a)-Geral**, em 18/11/2025, às 15:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Vasconcelos Nakamura, Secretário(a)-Executivo(a) Adjunto(a)**, em 18/11/2025, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Santos da Silva Campelo, Chefe de Gabinete**, em 21/11/2025, às 15:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Marcello Fonseca Marques, Ouvidor(a)-Geral**, em 09/12/2025, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://processoeletronico.trabalho.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=3&cv=6957058&crc=B7186DC2, informando o código verificador **6957058** e o código CRC **B7186DC2**.